



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIV - Nº 284 - DE 05 A 19 DE JULHO DE 2004 - R\$ 1,50

As Reformas educacionais do governo Lula O ascenso grevista do funcionalismo não se unificou pela política das direções



Judiciário de São Paulo em Greve

Iraque: a autodeterminação (implica na libertação imediata de Saddam Hussein) só pode ser conquistada pelas massas oprimidas

Bolívia: A bandeira de Todo Poder à COB em 1952 poderia levar à tomada do poder?

Lula/PT: Cadê os 10 milhões de empregos?

Chega de demissão! Emprego para todos!

ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO

(divisão de todo o trabalho disponível entre os que possam trabalhar)

Unir empregados e desempregados numa só luta!

É preciso quebrar a política divisionista e colaboracionista da burocracia sindical para enfrentar a diretriz de expropriação salarial e de empobrecimento dos trabalhadores

Os governos de todas as esferas (municipal, estadual e federal) enfrentaram e enfrentam as greves do funcionalismo público. Os movimentos grevistas surgiram em função do violento arrocho salarial, que já dura quase uma década, e da perda de direitos trabalhistas, resultantes das reformas da Previdência, da Educação e da eliminação de conquistas dos Planos de Cargos e Salários.

Houve uma movimentação grevista por quase todo o país de professores de 1º e 2º graus. No Rio Grande do Sul, de 26 de março a 23 de abril, os educadores estiveram em greve reivindicando 28,8% e incorporação do abono. Em Goiás, o magistério estadual iniciou o ano letivo em greve, exigindo reposição salarial. Mato Grosso, os trabalhadores da educação decretaram a greve por um reajuste imediato de 21,62% e defesa da carreira. Tocantins, os professores saíram em greve no final de abril e retornaram em maio levantando a bandeira de reajuste de 62% e 42% para os funcionários. Sergipe, a greve foi deflagrada em abril, julgada ilegal, os salários foram cortados em 50%, mesmo assim continuou até final de maio. No Piauí, a greve durou 35 dias e teve como ponto central o pagamento do 13º de 2003, incorporação das gratificações e reajuste salarial. Amapá, os educadores deliberaram pela greve no final de maio e retornaram em meados de junho, defendendo o plano de cargos e reajuste imediato de 12,11%. No Pará, de 16 de abril a 7 de maio a rede estadual ficou em greve também por salário. No Ceará, os professores decretaram greve a partir de 15 de junho, exigindo 36,29% de reajuste, convocação dos concursados e cumprimento do estatuto do magistério. Outros Estados como São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Maranhão, Alagoas, Bahia etc fizeram paralisações e assembleias forçando os governadores a atenderem as reivindicações. Alguns municípios, como Ceará Mirim, também usaram o recurso da



Assembléia dos judiciários decreta greve em 29/06

greve para impor as reivindicações às prefeituras. Em São Paulo, a greve das Escolas Técnicas, que durou mais de 80 dias, teve como reivindicação central a reposição salarial tendo em vista a brutal perda de 72,2%.

Não só os professores foram à luta.

Os servidores públicos da saúde (SP) iniciaram a greve em 10 de maio e permaneceram 45 dias paralisados. O eixo foi os 30% de reajuste, fim da política de gratificações, concursos públicos e jornada de 30 horas semanais. O Tribunal Regional do Trabalho julgou como não-abusiva a greve e o pagamento de 23,9%, o que significa uma miséria. Mas, mesmo assim, o governo recorreu da decisão, exigiu o desconto dos dias parados e apresentou o acinte de 20% sobre a gratificação especial. Ocorre que os salários do setor da saúde são miseráveis e com a política de gratificações, o salário real (salário-base) é, em muitos casos, inferior ao salário mínimo de fome.

As conseqüências são duras no momento da aposentadoria ou de uma doença, porque coloca o funcionário na condição de indigente em razão da per-

da de cerca de 60% do salário que recebia, que já era irrisório. A suspensão da longa greve, sem alcançar a reivindicação, sob intensa campanha governamental de que a mesma atingia a população pobre e a punição dos dias parados, não significou o fim do movimento, que terá de retomar logo mais e num patamar superior para quebrar a política de não-reajuste salarial por parte do governo.

Greves na polícia

A movimentação grevista atingiu também os policiais de vários Estados. Em Minas Gerais, o governador Aécio Neves (PSDB) exigiu que Tropas do Exército interviessem no Estado e fez um acordo com as associações de policiais para a suspensão do movimento. O acordo de 6% de reajuste salarial, 10% de adicional periculosidade para fevereiro e 4% para julho de 2005 provocou a ira dos grevistas contra suas direções capituladoras.

No Piauí, os policiais exigiam elevação do piso, um plano de cargos e salários e o pagamento da segunda parcela do 13º do ano passado. A greve foi julgada ilegal e a Justiça determinou a cobrança de multa diária ao sindicato e outra mul-

ta de 20% nos salários dos grevistas. O governador Wellington Dias (PT) acertou com Lula o envio de Tropas do Exército, caso o movimento prosseguisse e ameaçasse generalizar em função da greve da Companhia de Águas e Esgotos, do INSS e da Fundação Nacional da Saúde.

A polícia de Alagoas foi a greve exigindo a reposição de 35% referentes às perdas de 2002 e 2003. O governador Ronaldo Lessa (PSB) negou o pedido apoiando-se na Lei Fiscal que impede o reajuste ao funcionalismo.

No Maranhão, Ceará e em outros locais ocorreram protestos de policiais contra o arrocho salarial.



A greve da Saúde não conseguiu romper o isolamento e acabou sem conquistas

Universidades páram

As Universidades Públicas de São Paulo, USP, Unicamp e Unesp, estão paradas desde 26 de maio e exigem reajuste salarial de 16%. O governador Alckmin (PSDB) mantém firme no propósito de vencer pelo cansaço. Nega o reajuste justificando a necessidade de aumento de arrecadação do ICMS, o que só seria possível prever a partir de outubro. A manifestação mais importante foi ao do Palácio, onde os estudantes ameaçaram abrir os portões e enfrentaram a repressão.

Inicia a greve do Judiciário

Os funcionários do judiciário de São Paulo estão parados desde o dia 29 de junho e reivindicam reposição salarial (avaliada em 39,25%). A greve foi aprovada após o governo rejeitar um projeto de lei que determinava o reajuste de 26,5%. As associações burocratizadas e corporativamente ligadas à cúpula do Judiciário fizeram de tudo para negociar migalhas com o governo e evitar a greve. Mesmo com toda a sujeição, não tiveram apoio do governo para impossibilitar a mobilização grevista. Uma multidão de trabalhadores dessa área compareceu à assembléia mostrando revolta com o tremendo arrocho salarial. A greve foi decretada no dia 28 de junho.

Pouco antes (15 de junho), os trabalhadores do sistema prisional também foram à greve na defesa de 40,8% de reajuste e um plano de carreira. Alckmin fez promessa de enviar à Assembléia Legis-

lativa uma proposta de Plano de Cargos e nada mais.

O despontar grevista

Também tiveram de recorrer à greve os Previdenciários e os Auditores Federais, compondo assim um quadro de mobilizações do funcionalismo. Os trabalhadores do INSS vêm protagonizando uma greve após outra, procurando romper a inflexibilidade de ferro do governo.

havia uma tendência grevista nacional do funcionalismo e só não se transformou em greve nacional dos servidores públicos por responsabilidade da política das direções sindicais.

Uma só política dos governos

Os governadores se apoiaram a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita os gastos em folha de salário, e no recolhimento do ICMS, principal fonte de recurso dos Estados, para negar o atendimento da reivindicação de reajuste salarial. Na verdade, todas as esferas cumprem as metas estabelecidas pelos organismos internacionais de cortar gastos dos serviços públicos e aglutinar recursos para o pagamento das dívidas interna e externa. Por isso, não importa o Estado ou município, não importa o partido político que os administra, todos seguem a mesma orientação neoliberal. O

arrocho salarial e a redução de conquistas sociais fazem parte dessa orientação. E para impedir que os movimentos se alastrassem e unificassem, os governos recorreram aos métodos repressivos e à Justiça para que considerassem os movimentos abusivos, determinando multas, cortes de salários e outros mecanismos patronais.

O que chamou a atenção foi a aprovação de uma Força Militar, criada pelo governo PT/Lula, que servirá para reprimir as manifestações grevistas. Quando parte do braço armado dos Estados (polícia) paralisa utilizando o método grevista para arrancar salário, o poder superior (federal) reforça a repressão por cima para garantir a ordem estabelecida. O que o PT fez foi criar um poder de repressão às greves e aos movimentos, ajudando os governadores e prefeitos na contenção da tendência grevista, que se manifesta com força no seio do funcionalismo.

A fraqueza do movimento

Como vimos, os movimentos grevistas e as paralisações foram desfechados por todos os setores e regiões. Havia e há uma disposição do funcionalismo de combater a política governamental de arrocho. Porém, as greves compareceram setorizadas e foram sufocadas pela política das direções, que as isola da tendência natural de unificação, presentes instintivamente nos trabalhadores. Os exemplos descritos acima mostram que



Estudantes das universidades ocuparam a Reitoria da Unicamp

o início de uma greve se dava quando outro suspendia e assim sucessivamente durante todo o primeiro semestre. E outras vezes, havia setores em greve mas sem nenhuma ação unificadora, assembleias e negociações conjuntas, comandos unitários etc. Chegou-se ao ponto da burocracia que dirigia a paralisação dos municipais em São Paulo se opor à unificação com os funcionários do Estado. A fraqueza do movimento está exatamente no divisionismo provocado pela burocracia sindical. Os governos se aproveitaram dessa política para quebrar a disposição de resistência dos explorados.

A direção da CUT, que não moveu uma palha em favor da unidade grevista, na manifestação ocorrida na Praça da Sé, 29 de junho, reforçou a política de "evitar as greves". Para isso, insistiu na "criação de uma mesa estadual de negociações", entre governo e burocracia sindical. Chegou a ponto de dizer: "Ao invés de passarmos pelo desgaste da interrupção dos serviços públicos, poderíamos antecipar o processo de negociação". De fato, o que a CUT pretende é aprovar a Reforma sindical para dar poder de negociação à CUT e, com isso, evitar as greves por sindicato. A decisão da CUT valeria para todo o funcionalismo. Trata-se de uma negociação por cima da decisão soberana das assembleias de base. Isso significa ampliar o poder dos burocratas, ou seja, a conciliação de classe. Os trabalhadores e o funcionalismo devem rejeitar essa posição da CUT e fortalecer os organismos coletivos e de base para combater os burocratas.

Estavam dadas as condições para uma greve geral do funcionalismo.

O esmagamento de conjunto da vida do funcionalismo e a disposição de luta generalizada indicam que os trabalhadores poderiam constituir uma extraordinária força social para arrebentar o dique imposto pelos acordos com o FMI e a conseqüente política neoliberal.

Uma greve geral encostaria o governo na parede. Esse era o temor dos órgãos de segurança, que viam o perigo de uma greve potencializada no seio do Estado burguês com a adesão de segmentos do aparato repressivo, como a polícia, funcionários prisionais e a Justiça.

O governo se aproveitou da fragmentação e do corporativismo da burocracia para combater um a um. A vitória de qualquer um dos setores abriria uma contestação ainda mais decidida do funcionalismo e poderia incentivar greves de outras camadas assalariadas.

Ocorre que o êxito da política de defesa dos interesses do grande capital internacional depende da expropriação salarial, entre outras medidas, como as reformas da Previdência, Educação etc. A sustentação de um salário mínimo de R\$ 260,00, escandaloso decreto de fome para milhões, retrata até onde o governo PT/Lula chega para cumprir os contratos com o imperialismo e ser fiel aos banqueiros.

Por debaixo dessa diretriz de ferro, está a decomposição do capitalismo.

Avolumam as contradições interna e externa, que expressam o choque das forças produtivas com as relações de produção. A burguesia se vê obrigada a descarregar sua brutal crise sobre a maioria oprimida, que já vive na pobreza. As camadas de classe média, parte delas vinculadas ao Estado, não têm como escapar de medidas expropriadoras de salário e de desemprego. As massas não têm outro caminho senão recorrer ao método da ação direta e do enfrentamento aberto ao Estado.

Mas os fatos vêm demonstrando que a burocracia sindical montada nas últimas décadas constituiu um poderoso bloqueio às tendências generalizadas de resistência e ofensiva dos assalariados contra o capital. Será preciso arrebentar essa camisa de força para que os trabalhadores exerçam livremente sua democracia e ação coletiva.

A militância consciente tem de trabalhar no seio dos explorados, apoiando-se em suas necessidades, levantando com clareza as reivindicações, chamando a unidade, constituindo os organismos de base (comitês, comandos etc) e enfrentando a burocracia sindical. Qualquer tentativa de aliança com setores mais à esquerda dessa burocracia, nas atuais circunstâncias de submissão da CUT e sindicatos ao governo PT/Lula, como tem feito a ala que se diz opositora ao PT, obscurece a distinção entre o pólo revolucionário e o reformismo colaboracionista. É necessário, ao contrário, traçar uma linha divisória absolutamente visível entre a política burocrática e corporativista, tanto da direita quanto da esquerda petista. A política centrada de ora se unir com frações da burocracia que esquerdiza e ora se afastar dela, num quadro em que se divide o movimento grevista, não enfraquece a política do colaboracionismo. É o que tem ficado evidente nesse extraordinário movimento grevista.

Se o governo conseguiu desativar parte dessas manifestações, não conseguiu resolver nenhum dos problemas. Haverá um retorno das mobilizações com maior intensidade. É necessário confiar nessa possibilidade e manter o trabalho de propaganda e agitação das reivindicações das massas e seu direcionamento contra os governos pró-capitalistas e pró-imperialistas.

Denúncias

Ultra-concentração de riqueza nas mãos dos capitalistas

Cerca de 80 mil pessoas têm individualmente sob seu controle ativos financeiros da ordem de 1 milhão de dólares. Segundo a pesquisa da Merrill Lynch e consultoria Capgemini, ao todo, "estas pessoas somam riquezas de 1,75 trilhão de dólares, investidas principalmente em ações, imóveis, depósitos à vista e renda fixa". Comparações demonstram o quanto as riquezas são concentradas no Brasil, em relação à América Latina, em que 201 mil pessoas detêm o valor acima de 1 milhão de dólares e que possuem investidos 3,65 trilhões de dólares. Esses dados referem-se ao ano de 2003. Mostram também que, no Brasil, houve aumento de 3% em relação ao ano de 2002, "quando o Brasil tinha 75 mil milionários" e, na América Latina, 2,3%.

Tal desempenho que para a burguesia é ótimo, porque avançaram suas riquezas; para as massas exploradas é catastrófico, porque expressa a exploração e com ela a miséria da maioria. Basta ver que a renda média dos assalariados caiu cerca de 16%.

A concentração cada vez maior de riquezas nas mãos dos capitalistas e empobrecimento da maioria é uma lei econômica do funcionamento do sistema capitalista de produção e distribuição. A desintegração do capitalismo potencia ainda mais esse fenômeno, uma vez que se amplia o parasitismo financeiro e impulsiona o desemprego maciço.

Trata-se de defender, sem concessão, as reivindicações dos explorados, como a escala móvel das horas de trabalho, reposição de todas as perdas, aumento salariais, escala móvel dos reajustes, salário mínimo vital e direitos trabalhistas. Essas reivindicações elementares se contrapõem a alta concentração de riqueza e defendem a vida das massas. Por isso mesmo, a burguesia reagirá com violência para proteger seu patrimônio, não importando a que ponto de miséria e fome as massas foram empurradas. Dirá que a economia não suporta atender o elemento. Acabamos de ouvir esse argumento do governo PT/Lula ao decretar o salário mínimo de R\$ 260,00. É claro que os capitalistas tudo farão para sustentar seu regime apodrecido e seus privilégios de classe exploradora.

O proletariado e demais oprimidos têm resposta a essa impossibilidade capitalista: lutar pela tomada do poder do Estado e expropriar a grande propriedade dos meios de produção e distribuição. A luta pelas reivindicações elementares só avançará contra os capitalistas se o proletariado se direcionar à revolução social. Para isso, terá de construir um partido que tenha como estratégia programática a revolução e ditadura proletárias.

A religião é o ópio do povo

A 103ª viagem do Papa João Paulo II, desta vez para Genebra (Suíça), não contou com o financiamento do Estado e do go-

verno anfitrião. Cada viagem dessa consome milhares de dólares. Os gastos dessa viagem estão estimados em 2 milhões de dólares. O Brasil já recebeu o Papa usando dinheiro do povo. Como o governo suíço não se dispôs a fazer o mesmo, certamente pelo fato do catolicismo não ser dominante nesse país, dividido entre católicos e protestantes, multinacionais foram convocadas a colaborar. A Coca-cola e outras corporações aproveitam o patrocínio para suas campanhas publicitárias.

O Papa foi fazer propaganda do catolicismo e as multinacionais de suas mercadorias. As empresas tiveram direito a uma sala vip para seus convidados. Concertos no estilo rock, para atrair a juventude coca-cola, foram organizados como parte dos atos religiosos. Não só as multinacionais contribuíram para viabilizar os 2 milhões de dólares, a juventude teve de dar a sua cota. Foi organizada uma atividade com o Papa em que cada jovem contribuiu com o valor de cerca de 30 dólares.

Em nome de Deus, o Papa excluiu do patrocínio multinacionais do ramo de bebidas alcoólicas, cigarros, armamentos e pornografia. Puderam, então, ao lado da Coca-cola contribuir com a fé religiosa a Nestlé, Mercedes-Benz, Novartis (farmacêutica) e instituições financeiras. Os maiores exploradores e concentradores de riquezas, que saqueiam o mundo todo, puderam colocar seus logotipos nas tendas do Papa. Os jovens católicos da Suíça recebem a "benção divina" e as multinacionais promovem na terra seus mercados. O fato desses ramos do capital serem acionistas dos ramos do armamentismo, das drogas etc não contou na avaliação beatificante pela equipe papal.

Está aí o ópio do povo levado à juventude.

Atos do Judiciário e do parlamento

Os 11 acusados de participar da máfia dos fiscais e que tinham sido condenados, em primeira instância, a 17 anos de prisão foram libertados por decisão do Supremo Tribunal Federal. O presidente do Supremo deu causa ganha ao primarismo dos ladrões do cofre público.

Os assaltantes ricos têm influentes advogados e contam com a complacência da mais alta corte. Um miserável que é preso por roubar uma carteira fica mofando meses na cadeia sem processo.

O ladrões considerados primários e de bons antecedentes formam uma quadrilha e deram um desfalque no poder público de 33 milhões de dólares. No momento que se libertava os mafiosos, o senador Luiz Otávio acabava de ser eleito pelo Senado como ministro do Tribunal de Contas (TCU). Esse parlamentar não tinha bons antecedentes. Responde a processo por ter desviado dinheiro do BNDES para construção de balsas no estado do Pará. Parlamentares do PT votaram a favor do mafioso e presidente Lula não questionou a eleição do senador-ladrão para o TCU.

Certamente, espera-se que o Tribunal de Contas esteja bem representado por um membro experimentado na arte da gatu-nagem.

Conjuntura Internacional

Publicamos a seguir as teses para Conjuntura Internacional, a serem debatidas nas Conferências Regionais do POR em julho

1. A situação política mundial está marcada pelo intervencionismo econômico e bélico do imperialismo em toda parte. Trata-se da necessidade do capital financeiro internacional de assegurar a lucratividade às custas do aumento da opressão nacional e social, em meio à desintegração do modo de produção capitalista. O intervencionismo nos países semicoloniais é movido pela necessidade de controle absoluto sobre as fontes de matérias-primas e por posições estratégicas de defesa. Já não basta que os países atrasados sejam governados pela burguesia nativa submissa e dependente do imperialismo. Os mercados de capitais têm se tornado cada vez mais sensíveis às tendências da crise de superprodução, pelo volume do capital investido vinculado aos preços de matérias-primas. A falência de multinacionais como a Enron e Parmalat e a revelação da situação contábil devedora de bilhões de várias multinacionais expõem o agigantamento do capital fictício e a falta de possibilidade de investimento produtivo. Os mecanismos de impulso artificial da maior economia do planeta por meio de subsídio de juros tornaram-se insuficientes. O intervencionismo bélico imperialista responde a essas questões com o aumento de investimento estatal na indústria armamentista e com a ocupação militar para imposição de governos títeres. Esse é o verdadeiro motor das ocupações de Afeganistão e Iraque. E busca, com o aumento do intervencionismo econômico, ampliar seus mercados às custas da destruição de parte da economia e do aumento da superexploração do trabalho nos países atrasados. Essa é a verdadeira motivação para a imposição da Alca. A pressão que o imperialismo tem exercido sobre Venezuela, Colômbia e Bolívia combinam pressão política e econômica com intervenção militar. As tendências de rebelião das nações oprimidas contra o aumento da opressão nacional tendem a acirrar o caráter militar do intervencionismo imperialista. O imperialismo não pode escapar a essa tendência, imposta pelo processo de desintegração do modo de produção vigente. Para preservar o sistema econômico e seu poder político, os capitalistas têm de recorrer a mecanismos artificiais de sustento da lucratividade do capital, que atenuam ao nível imediato as crises, mas que potenciam crises futuras mais violentas e explosivas. As tendências gerais da situação apontam para o acirramento da luta de classes em nível mundial.

2. O intervencionismo imperialista tem enfrentado a resistência das massas, ainda que não organizada internacionalmente. No Iraque, a resistência foi para além dos atentados individuais e de pequenos grupos, constituindo milícias populares, expropriando armamentos, munições e alimentos dos comboios de ocupação e dos depósitos do antigo regime. Retomaram cidades inteiras do controle imperialista. Levaram à ação conjunta de etnias de rivalidade histórica. Ali não há um partido revolucionário que impulse o armamento das massas e a luta antiimperialista e anticapitalista, predomina o nacionalismo burguês. Mas as massas têm aprendido com sangue a necessidade de se armarem, se unirem e enfrentarem nas ruas a ocupação. A resistência tem dificultado os planos do imperialismo. A saída ianque do Iraque nas atuais condições deixará o país numa situação explosiva de disputa de poder pelas frações burguesas locais e sem o controle pretendido

pelo imperialismo. A expulsão do imperialismo depende da unidade das nacionalidades oprimidas na região para derrotar o inimigo e varrer com as frações burguesas submissas pela revolução proletária. Não haverá paz nem autodeterminação sem a expulsão do imperialismo e a derrocada da feudal-burguesia.

3. A intervenção imperialista no Haiti, quando o governo estava para ser derrubado pela rebelião militar, tem por objetivo manter a ilha sob a tutela do imperialismo. O imperialismo havia imposto o governo de Aristide pela força, mas as disputas internas da burguesia nativa o levaram à desintegração e rebelião de setores militares. A iminência de destituição de Aristide pelas armas colocou a possibilidade de um novo governo sem controle absoluto do imperialismo. Diante do agravamento da resistência iraquiana, não seria possível aos EUA assumirem nova frente de ocupação. Por isso, acordou com a França, adversário da ocupação do Iraque, a intervenção da ONU por meio do Brasil. O que mostra que a ONU não passa de marionete do imperialismo. O uso de tropas de outro país atrasado alivia o ônus político do imperialismo ianque sem prejuízo de seus interesses. O envio de tropas pelo Brasil constitui um ataque à soberania haitiana e à sua própria, porque aumenta a submissão ao imperialismo.

4. A crise capitalista condiciona a restauração do capitalismo no Leste Europeu, China e Cuba. Na Rússia, a privatização da economia formou verdadeiras máfias a partir da burocracia estalinista instalada no Estado, e estabeleceu uma profunda dependência em relação à especulação financeira mundial. A destruição das conquistas da revolução russa levou à instalação das mazelas do capitalismo no país: miséria, desemprego, desabrigo, expansão das doenças etc. As máfias, herdeiras das castas burocráticas, aumentam a disputa ao redor do controle do aparato estatal. As etnias, sufocadas pela opressão nacional, rebelam-se contra a centralização de Moscou. Esse quadro pode se potenciar de acordo com a trajetória da crise mundial. Na China, a burocracia tem dado passos significativos para recompor o capitalismo. Submete-se às tendências econômicas do comércio internacional e procura tirar vantagens disso. Porém, ao aumentar a interdependência com o mercado mundial, assimila também a potencial explosividade de suas crises. A China tem obtido crescimentos anuais de sua economia próximos aos 10%. Ela se beneficia das disputas interimperialistas no comércio mundial, do baixo valor de sua moeda nacional, da mão-de-obra semi-escrava. O crescimento do PIB se dá enquanto aumenta o empobrecimento geral da população, e sob forte repressão da ditadura burocrática. Seu crescimento depende dos rumos do capitalismo mundial, por isso tende a se estancar, diante das pressões e manobras das potências. Os EUA e a Europa pressionam para uma valorização da moeda chinesa e por limitações (cotas) de comércio. O avanço da crise mundial afetará profundamente a China, que sofrerá as consequências da maior interdependência atual. Em Cuba, o restauracionismo segue adiante, condicionado pelas imposições de Washington e pelo isolamento, de um lado imposto de fora pelo bloqueio continental e de outro alimentado pela política da burocracia castrista. O restauracionis-

mo apresentado como vitória do capitalismo na verdade é expressão da falência histórica do socialismo num só país. Os reflexos nesses países são parte do processo histórico mais geral revolucionário aberto com a revolução russa de 1917. As tendências do capitalismo apontam para a retomada da luta revolucionária em diversos países e nesses também.

5. A crise de superprodução tem acirrado as disputas interimperialistas. A União Européia não conseguiu dar a unidade pretendida à Europa. Os países do velho continente se dividiram diante da guerra do Iraque, expressando conflitos de interesse. A Alemanha e a França se destacam como pólos centralizadores, enquanto a Inglaterra e Itália perdem força e vão se colocando à sombra do imperialismo norte-americano, procurando se ancorar nele para enfrentar os gigantes europeus. Os dois blocos expressam as disputas comerciais entre EUA e Europa. A hegemonia dos EUA é mantida por uma política econômica e militar cada vez mais agressiva. As pressões ianques sobre a Europa atuam sobre suas contradições, impondo uma maior unidade das maiores potências e busca de frente européia contra os EUA. Ao mesmo tempo, parte do continente se desloca para se apoiar no imperialismo norte-americano contra a hegemonia de Alemanha e França. Os movimentos de maior unidade e divisão na Europa são condicionados pelas pressões da crise mundial e da hegemonia dos EUA. Essas pressões alimentam um sentimento antiamericanista na Europa, que tem se manifestado em protestos estudantis e atos terroristas em vários países. A divisão diante da guerra do Iraque expressou a impossibilidade de concessões pelos EUA acerca do controle do petróleo mundial e decisão de ação bélica frente à Europa, a qual não tinha condições de competir militarmente com seu concorrente. A quebra da soberania iraquiana nunca foi elemento de discórdia entre as potências, e sim sob que tutela o país ficaria. As disputas comerciais entre as potências se concentram no protecionismo, na política monetária e suas consequências para o comércio mundial, no endividamento e balanço de pagamentos dos EUA e no controle das fontes de matéria-prima e comércio mundial. Essas divergências não impedem a ação comum do imperialismo no intervencionismo, mas condicionam sua forma e ritmo. A guerra comercial tem se expressado na forma bélica nos países atrasados e nas disputas étnicas, com as potências por detrás. Mas o acirramento da crise mundial tende a opor de modo cada vez mais duro as potências. Falta ainda no cenário internacional a ação organizada do movimento operário nas lutas antiimperialistas. O fato das organizações sindicais se mostrarem caladas diante disso expressa a profunda integração das burocracias sindicais ao Estado burguês e a falta da direção revolucionária. Na época do imperialismo, ou os sindicatos se colocam pela destruição do capitalismo, ou seja, sob a política revolucionária do proletariado, ou se transformam em instrumentos de colaboração da burguesia para imposição do aumento da opressão nacional e social.

6. A resposta econômica da burguesia à superprodução tem se expressado nas políticas neoliberais ditadas pelos organismos financeiros internacionais. Nos países imperialistas, antigas conquistas sociais são destruídas para torná-las mercado explorável, ampliar a exploração do trabalho e em benefício do parasitismo financeiro. A maior potência mundial tem queimado centenas de bilhões de dólares para subsidiar juros, favorecer a indústria bélica e proteger setores da burguesia imperialista em crise. Enquanto isso, corta direitos sociais. Os governos europeus enfrentam as massas

para imporem as reformas na previdência, nas relações trabalhistas e educação. O empenho dos governos em destruir os serviços sociais e torná-los em mercado a ser explorado, ao mesmo tempo em que desvia os recursos gastos para o sustento do parasitismo financeiro e se agigantam os gastos militares são expressão da impossibilidade de sustentar os lucros apenas por meio do aumento da exploração do trabalho assalariado. As medidas neoliberais podem, num curto prazo, pela destruição de forças produtivas causadas, resultar num alívio a setores do capital, às custas de aumento da opressão nacional e social e da superexploração do trabalho. Mas potenciam as crises futuras, aumentando a convulsividade social e política.

7. A imposição dos planos neoliberais nos países semicoloniais nas últimas duas décadas levou à destruição de grande parte das forças produtivas nativas em favor da penetração do capital imperialista. A entrega das empresas estatais, a transformação dos serviços sociais públicos em mercado a ser explorado, o agigantamento da dívida pública e maior dependência do investimento nos mercados de capitais, a destruição de direitos sociais e trabalhistas, a abertura unilateral de mercado, tudo isso favoreceu o capital estrangeiro, aumentou a concentração de renda e aprofundou a miséria. E as economias se tornaram ainda mais dependentes do ritmo da crise mundial do capitalismo. A imposição dessas medidas pelo imperialismo permitiu ao capital imperialista, de forma artificiosa e circunstancial, manter a valorização diante de uma economia mundial em geral estancada. A aplicação dessas medidas não é nem será suficiente para formar um novo ciclo de desenvolvimento capitalista. Ao contrário, exige medidas de ainda maior opressão nacional e social, e potencia crises mais violentas no futuro. A necessidade dos EUA de imporem a Alca é parte da necessidade imperialista de aprofundar a política intervencionista. De forma mais ou menos aberta, os EUA expressam a necessidade de abertura total dos mercados do continente para a potência do norte (e não para a Europa), enquanto preservam e aprofundam mecanismos de protecionismo. As dificuldades de implantação da Alca decorrem das consequências claramente destrutivas das economias e do vestígio de soberania das semicolônias. Por isso os EUA caminham pela via dos acordos bilaterais, que vão impondo a Alca por partes. A pseudointegração do continente vai se impondo pela via do aumento da opressão nacional e social. Os choques de frações das semicolônias com o imperialismo, algumas vezes encabeçadas pelo Brasil, não serão capazes de deter a aplicação das imposições do imperialismo. Ou a luta antiimperialista se projeta e coloca a perspectiva da revolução proletária e dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, ou aumentará de forma brutal a opressão. A aplicação das medidas neoliberais tem levantado as massas nos países da América Latina. Na Bolívia, a radicalização das lutas tem conseguido algumas vezes o recuo momentâneo dos governos e do imperialismo. Na maioria dos outros países, as lutas se mantêm fragmentadas e não conseguem impedir a aplicação dos planos neoliberais. Têm papel fundamental para isso as direções sindicais burocratizadas, que colaboram na imposição das diretrizes de Washington e trabalham pela divisão corporativista dos movimentos. A ausência do partido revolucionário enraizado nas massas é mais uma condição favorável à divisão das lutas e fortalecimento das posições burguesas de imposição da ofensiva capitalista.

8. A desintegração do modo de produção capitalista se expressa

na falta de possibilidade de investimento produtivo e no domínio do capital fictício. Setores da burguesia, em busca de preservar a valorização do capital, se refugiam na criminalidade, pelo narcotráfico, contrabando, prostituição, tráfico de órgãos, falsificação de todo tipo. Apóiam-se na falta de perspectiva para a juventude, que cada vez mais está sem emprego e sem estudo, para arregimentá-la. Utilizam a corrupção para obter armamentos e treinamento militar. Compram políticos burgueses para que os representem no parlamento e no interior do Estado. Vão ocupando cada vez mais espaço como fração da classe dominante. A crise econômica impulsiona a crise política e social. Os filhos da burguesia dos países desenvolvidos se aprofundam no consumo de drogas, e canalizam bilhões de dólares para os bolsos da burguesia criminosa. A lavagem de dinheiro é feita nos maiores bancos dos países imperialistas. Mas a superprodução não deixa de afetar os mercados marginais. Não há mercado capitalista infinito. As disputas pelo controle de mercados pelas frações criminosas da burguesia se manifestam nos conflitos armados entre as gangues. Esses conflitos se materializam principalmente nos bairros mais pobres e nas favelas. Mas também têm ocupado as ruas dos bairros da classe média alta. Setores da burguesia assumem posições das mais reacionárias, chegando a formular a proposição do apartheid social explícito. A burguesia coloca no mesmo plano o crime organizado e o crime de origem social. Reúne nas cadeias as gangues e os desempregados que cometem pequenos crimes. Os autores de pequenos delitos acabam ingressando nas gangues ou pagam com a vida. Pela destruição física, as massas pagam pelos crimes dos exploradores e pelo atraso da revolução social, que porá fim ao capitalismo e à burguesia criminosa legal e ilegal. O atual modo de produção só reserva mais miséria às massas, e menor capacidade do capital em se reproduzir a partir da exploração do trabalho. Essas tendências só fazem impulsionar a criminalidade.

9. O desenvolvimento das tendências desintegradoras da economia mundial aponta para o agravamento da barbárie social em larga escala. Em resposta à ofensiva econômica e militar do imperialismo, rebelam-se as nacionalidades oprimidas. Expressam a rebelião da produção social contra a propriedade privada historicamente ultrapassada. As bandeiras de luta antiimperialista e as táticas correspondentes ganham mais importância e concretude diante da ofensiva do imperialismo. A bandeira de autodeterminação dos povos expressa a oposição ao intervencionismo militar imperialista em todos os países e também a negativa de submissão de seu próprio país aos interesses do imperialismo. Seu conteúdo é a liberdade das nações em resolverem seus próprios problemas sem nenhuma ingerência externa, poderem praticar a separação em estados independentes, decidirem soberanamente acerca de seus regimes políticos e sobre toda e qualquer produção de armas (inclusive as nucleares) ou outras mercadorias (inclusive as drogas), desde que cada nação possa assim decidir soberanamente. A autodeterminação só pode ser conquistada pelo armamento da população, nenhum governo burguês será capaz de efetivá-la. Por isso constitui bandeira transitória, que só pode ser realizada plenamente pela revolução proletária. Na América Latina, o problema da integração entre os países não tem resolução nos marcos do capitalismo. Havendo capitalismo, qualquer "integração" só se dará pela via da opressão nacional, qualquer estratégia burguesa de integração, como o Mercosul, fracassará. A possibilidade de unidade livre e harmônica entre os países da região só é possível através dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

A tática que corresponde à luta contra a opressão nacional é a da Frente Única Antiimperialista, que expressa a unidade da nação oprimida sob o programa e a direção do proletariado. Essa tática parte das reivindicações mais imediatas das massas, que as levam ao choque com o imperialismo e a burguesia nacional, portanto à luta antiimperialista e anticapitalista – e conclui na revolução social. Por outro lado, expressa a unidade do proletariado mundial contra a burguesia mundial: manifesta-se na unidade proletária dos diversos países contra o intervencionismo bélico imperialista, agindo de todas as formas em defesa do país oprimido contra o país opressor.

10. O impasse em que se encontra o capitalismo bloqueia as possibilidades de florescimento de posições reformistas ou social-democratas entre os governos da burguesia. Como não é possível realizar concessões significativas às massas, ao contrário, só é possível para a burguesia preservar artificialmente a lucratividade aumentando a opressão social e nacional no mundo todo, qualquer governo burguês terá de expressar a brutalidade da ofensiva capitalista contra as massas. Onde houver uma ascensão ao poder de partidos socialdemocratas ou reformistas, a burguesia terá de queimar essa possibilidade de manobra diante das massas com a efetivação de políticas reacionárias de superexploração e maior opressão nacional. O desgaste prematuro dessas alternativas burguesas de governo e engano das massas impulsionará a luta de classes e pode favorecer a construção do partido revolucionário em escala internacional, pelo caráter concreto que assume o combate às idéias de conciliação de classe no interior dos movimentos sociais. A ausência do partido mundial e de seções enraizadas em cada país é o entrave para essa via se desenvolver. Com o agravamento da crise, as tendências repressivas da burguesia por meio de seus diversos governos se manifestará. As massas terão de enfrentá-las sob essa difícil condição.

11. A resolução do impasse histórico da humanidade, entre socialismo ou barbárie, depende da construção de um poderoso partido mundial da revolução socialista, que se fundamente em partidos-programa nos diversos países, que expresse a experiência histórica do proletariado mundial, que concretize o socialismo científico, o marxismo, de nosso tempo. O marxismo-leninismo-trotskyista manifesta teoricamente a experiência histórica do proletariado internacional e é fundamento para essa tarefa. A desintegração da IV Internacional pelos choques da luta de classes mundial em inúmeros grupos que negam os fundamentos do marxismo não anulam essa necessidade, antes a reforçam. Na atualidade, é preciso tomar como ponto de partida a assimilação crítica da experiência boliviana, único país em que se desenvolveu um partido que se construiu a partir da aplicação do marxismo de nosso tempo à sua realidade, e assim constituiu um programa testado na luta de classes, elaborado coletivamente e que se entroncou com a luta das massas, o POR. Seu programa expressa a aplicação do método do Programa de Transição na realidade boliviana e o internacionalismo proletário. Em cada país, a tarefa é caminhar nesse mesmo sentido: elaborar o programa do partido revolucionário a partir da aplicação do socialismo científico à realidade em que se atua, e construir o partido a partir dele. As tentativas de busca de atalhos a essa tarefa histórica têm resultado em um sem número de correntes alheias ao marxismo, que acabam colaborando para preservar o regime político burguês. A situação internacional favorece a construção do partido mundial, tarefa impostergável.

Reforma educacional do governo PT/Lula

Há alguns meses, o governo PT/Lula vem divulgando os novos passos da reforma educacional. Pretende seguir as medidas impostas por FHC, que se materializaram na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do ensino Fundamental (Fundef). A continuidade da reforma educacional fez parte das negociações entre Lula e o Banco Mundial, que exigiu a reformulação das universidades públicas e o cumprimento de diretrizes ao ensino médio e fundamental.

Banco Mundial e as diretrizes educacionais para o governo Lula

Sob os títulos “Estratégia de Assistência ao País” e “Por um Brasil Competitivo, Justo e Sustentável”, o Banco Mundial reafirma o conteúdo das reformas neoliberais para a educação, dizendo que “a competitividade e o crescimento econômico do país dependem de investimentos em educação, em capital humano; mas ressalva que, diante da necessidade de manter o ajuste fiscal, o país não deve aumentar os gastos no setor mas distribuir melhor os recursos existentes”.

Extraindo o hipócrita palavreado humanitário, o Banco Mundial reforça a mesma tese de que o crescimento econômico do Brasil depende de “investimentos” na educação, mas, em primeiro lugar, o governo tem de garantir o superávit primário por meio do ajuste fiscal, não utilizar mais recursos ao ensino e sim distribuir o que já existe. Isso significa manter os miseráveis 4% do PIB à educação e remanejá-los de forma a concentrá-los nas séries iniciais e retirá-los do ensino superior.

O Banco Mundial retoma o argumento de que “o modelo predominante de ensino público superior nos países em desenvolvimento beneficia, principalmente, as famílias de maiores recursos (...) Os filhos dessas famílias estão fortemente subvencionados pelo restante da sociedade para frequentar as universidades públicas”.

Esse argumento tem sido propagado pelos governantes para avançar a privatização sobre o ensino superior. Mas per-

mitiu que uma parcela de estudantes, filhos das camadas mais oprimidas, assumisse como verdadeiro a justificativa do Banco Mundial e dos governos contra o chamado “modelo de universidade pública”.

Os dados mostram o contrário. Apenas 34,4% dos 940 mil alunos do ensino superior público são oriundos dos 10% mais ricos da população e 40% desses alunos já trabalham. Enquanto que 50% dos 2,5 milhões de alunos das universidades privadas estão entre os 10% mais ricos e 32,7% trabalham. Ainda mais: a maioria dos alunos do ensino superior gratuito vem de famílias com renda *per capita* em torno de R\$800,00. Trata-se, portanto de filhos de classe média e de estudantes que trabalham num período e estudam em outro.

A intensa campanha dizendo que as universidades públicas servem unicamente para os ricos esconde a real intenção de privatizá-las ou por meio de taxas, ou pelas fundações, ou pelo pagamento do curso após o seu término. Mas essa campanha trouxe o avanço do ensino superior privado. No governo FHC, 1995 a 2002, o número de alunos na rede privada cresceu 86%, enquanto que na pública foi de apenas 28%. O que fez com que a rede privada, em 2002, contasse com 1442 escolas de nível superior privadas e 195 públicas.

O problema está que o governo PT/Lula, para dar continuidade à reforma educacional, teve de considerar os argumentos do BIRD como corretos. Assim, no documento “Gasto Social do Governo Central 2003”, divulgado pelo Ministério da Fazenda, repete a mesma coisa: “os recursos do governo para o ensino superior beneficiam apenas indivíduos que se encontram entre os 10% mais ricos da população. E tem proposta que as universidades públicas recorram a recursos “extra governamentais”, portanto, privados.

É orientação do BIRD a inclusão da pré-escola no ensino fundamental, retirando recursos das universidades públicas. A ampliação do nível fundamental, que em princípio ninguém é contra, requer mais investimentos. O Fundef, criado para sustentar esse nível de ensino, mostrou-se insuficiente e fonte de cor-

rupção. O governo deixou de repassar 18,7 bilhões de reais, no período de 1998 a 2003, e os prefeitos usam parte dele para manter a rede de corruptos.

Toda a diretriz do Banco Mundial se assenta nas avaliações externas, tanto do estudante quanto dos educadores. Isso está sendo mantido. O Enem (Exame Nacional de Ensino Médio) comparece na política educacional do governo Lula com a mesma concepção neoliberal. Diz o Ministro da Educação, Tarso Genro: “É um dos principais instrumentos de verificação do desempenho dos estudantes brasileiros (...) obedece a uma nova concepção de avaliação, favorecendo as universidades, as escolas, os professores e, especialmente, o estudante, que tem a possibilidade de obter uma avaliação sobre o seu nível de conhecimento e desempenho (...) os participantes poderão abrir muitas portas e pensar melhor o futuro, na realização profissional e no ingresso à universidade”. A fala Genro é a mesma de FHC e dos porta-vozes do Banco Mundial. O SAEB e o ENADE também compõem os mecanismos de avaliação do ensino fundamental e das universidades.

Principais medidas educacionais propostas pelo governo do PT

Todas as medidas estão em consonância com a orientação acima descrita. O governo PT/Lula inicia com a reforma universitária, por meio do projeto “Universidade para todos”. Eis a sua essência:

1. Propõe a isenção de impostos para as universidades privadas que cederem 20% a 25% de suas vagas para alunos vindos das escolas públicas, incluindo negros e índios.

O governo, ao invés de criar universidades públicas ou ampliar suas vagas, coloca-se pela manutenção do ensino privado, comprando vagas ociosas, sob a máscara de auxílio aos alunos pobres das escolas públicas.

Na verdade, a situação de expansão da rede privada se encontra num impasse. O dados do IBGE mostram que o “limite de crescimento do setor privado é imposto pela desigualdade social do

país – os 10% mais ricos possuem 50% da riqueza nacional, e os 50% mais pobres possuem 10% dela”. O que quer dizer que a capacidade de crescimento do ensino privado superior chegou ao ponto que esbarra na pauperização da classe média, na pobreza dos trabalhadores e na falta de trabalho para que a juventude possa custear seus estudos. Não por acaso, a inadimplência das faculdades privadas ultrapassou 25% dos estudantes.

2. Mantém os privilégios para as universidades consideradas filantrópicas. A condição de filantropia é a forma de proteger uma vasta rede de ensino superior. Haja vista que apenas 10% das universidades privadas pagam todos os impostos. Metade delas se coloca como filantrópicas e têm isenção de impostos e 40% consideram sem fins lucrativos, pagando unicamente o INSS. Mesmo assim, os empresários do ensino reclamam dizendo que o governo deve pagar pelas vagas e não unicamente isentar impostos. O fato é que boa parte do ensino superior privado é subsidiado com os recursos públicos da educação.

3. Financiamento não-estatal das universidades gratuitas. Para isso, o governo quer legitimar as “parcerias público-privadas” (PPPs), por meio da legalização e expansão das fundações. São empresas que utilizam o espaço público para impor cursos, projetos, pesquisas etc mediante a cobrança de taxas e venda de serviços.

4. Ampliação de vagas sem condições materiais para isso e imposição de medidas curriculares de adaptação dos cursos ao mercado e ao corte de verbas: cursos sequenciais, de curta duração, ciclos básicos, sem pesquisa e sem assistência estudantil, aula-prática (sem professor) e assim por diante.

No que se refere ao ensino fundamental e médio, o governo Lula apresentou a proposta de “Choque de Qualidade na Educação Básica”, que se apóia nos seguintes pontos:

1. A ampliação do ensino fundamental para nove anos. Conforme orientação do BIRD, o governo incluiria a pré-escola, mas não elevaria o valor dos recursos destinados à educação. Certamente, con-

tará com parte daquele que se destinaria às universidades gratuitas.

2. Separação do Ensino Médio. Os dois anos seriam obrigatórios e o terceiro optativo ao aluno. Esse mecanismo visa a desobrigar o Estado manter os três anos de ensino médio e favorecer as escolas privadas tidas como profissionalizantes, ou seja, o considerado “pós-médio”.

3. Revisão e fundamentação de um currículo mínimo nacional. Esta é a fórmula empregada para eliminar disciplinas do currículo, transformando-as em caráter optativo. Como as avaliações externas centrarão no currículo mínimo nacional, as disciplinas não obrigatórias deixarão de fazer parte do currículo.

4. Programa especial para ampliar a segurança nas escolas. Este já está em andamento em vários Estados. Trata-se do “Juventude Construindo a Cidadania” (JCC), um programa criado pelos Estados Unidos e implementado pela polícia, que visa a adestrar a juventude para colaborar com a repressão do Estado.

5. Premiação do bom desempenho escolar. Elevação de salário e acesso à bens materiais para os professores qualificados pelo exames governamentais. Como não há a reajuste salarial e os Pianos de Carreira que continham conquistas foram destruídos, o governo promete alguma vantagem aos que se adaptarem à reforma educacional.

6. Programa de avaliação do ensino. São as provas determinadas pelo governo, que tem como essência justificar a implementação de medidas privatizantes e responsabilizar os professores pelo fracasso escolar.

7. Substituição do Fundef pelo Fundeb. Com o mesmo dinheiro, o governo pretende criar um custo aluno de toda a educação básica.

A proposta em relação ao ensino técnico, o Ministro da Educação anunciou que haverá as duas modalidades: o curso técnico separado do ensino médio regular e o integrado. Portanto, retorna às condições anteriores à reforma de 1997. O fundamental é que mantém reduzido acesso. O próprio governo diz que só é possível oferecer 600 mil vagas para um contingente de 1,6 milhão de estudantes, que terminam o ensino médio e estão impedidos do acesso à universidade.

Por isso, mantém o mecanismo de seleção. Agrupar ou não o ensino técnico não é o centro do problema. O fundamental está em que não há vagas para todos, não é inteiramente gratuito e reforça os vestibulinhos.

O que vemos é que todas essas medidas estão ajustadas à orientação determinada pelos credores internacionais. Trata-se de mecanismos que não pressupõem mais recursos à educação. Ao contrário, são medidas para administrar a minguada verba que é destinada ao ensino público e de proteção e expansão da mercantilização do ensino.

A proposta do governo PT/Lula não tem nada de reforma democrática da educação

A diretriz educacional do governo Lula é de subserviência à orientação geral do Banco Mundial. Por isso, impõe instrumentos de cortes de gastos públicos, manutenção do miserável investimento ao ensino gratuito e de avanço da privatização. Uma reforma democrática implicaria acesso à educação gratuita a todos que queiram estudar, fim dos vestibulares e avaliações externas, total liberdade de ensino, eliminação dos órgãos estatais centralizadores e autoritários que executam os planos governamentais, extinção do poder da Igreja sobre a educação, controle da educação pelos trabalhadores e estudantes e fim da rede privada de ensino. As medidas educacionais ditadas pelos órgãos do imperialismo estão em oposição a realização de tarefas democráticas na educação.

Como se vê, um governo que se diz democrático e popular acaba por responder aos interesses dos monopólios e credores internacionais, aplicando medidas de fortalecimento do mercantilismo e de maior afastamento da maioria trabalhadora do acesso ao ensino em todos os níveis.

Como se colocam as tarefas democráticas da educação no capitalismo decadente

As condições materiais e educacionais para que o sistema capitalista de pro-

dução dê acesso a todos ao ensino estão dadas. O direito à educação, em todos os níveis, sem distinção, é uma tarefa democrática que teria de ser resolvida. No entanto, o que temos é uma realidade totalmente adversa a esse direito. Nem mesmo a alfabetização tem sido cumprida. É evidente que uma grande parcela é constituída de “analfabetos funcionais”.

A propaganda governamental de que tem quase atingido a universalização do ensino fundamental mal esconde que nem mesmo nesse nível elementar o capitalismo resolveu a tarefa democrática da educação, que incorpora toda a população. Nos graus mais elevados a situação é catastrófica, a grande maioria se vê automaticamente marginalizada.

O argumento oficial de que nos últimos anos tem crescido em grande escala o ensino médio, ao contrário de demonstrar que se está a caminho de solucionar o problema nesse estágio, verifica-se a tremenda defasagem em comparação com o fundamental. Quanto ao ensino superior, a aberração é total, uma vez que a ultra-minoria tem acesso a ele e maior parcela dessa minoria paga seus estudos.

O fato é que o Estado e seu governo não se colocam por criar as condições exigidas para o acesso universal. A idéia de que isso será feito gradativamente a longo prazo não passa de palavreados. Mesmo o gradualismo tido como grande feito, como no caso do ensino médio, não passa de migalha.

As tarefas democráticas, que incluem a elevação cultural das massas oprimidas, se chocam com a orientação dos credores imperialistas. A luta por um único sistema de ensino estatal, com autonomia integral e controlado pelos trabalhadores e estudantes, o que implica o fim da rede privada, faz parte da luta mais geral contra as reformas educacionais do Banco Mundial. As tarefas democráticas de acesso à educação em todos os níveis compõem o programa revolucionário da classe operária.

A burguesia nacional e o reformismo, subservientes ao imperialismo, se mostraram impotentes para implementar as tarefas democráticas que um país semicolonial ainda não alcançou. Bastariam estas constatações para se concluir sobre a impossibilidade dos governos burgueses realizarem a universalização

do ensino em todos os níveis e permitirem o acesso das massas ao conhecimento acumulado historicamente pela humanidade. Ocorre que a escola é expressão das relações econômicas e sociais. Portanto, surgiu como escola de classe e continuará como tal enquanto o capitalismo sobreviver. A maioria explorada não terá as condições materiais para atingir todos os níveis de ensino e não há nenhum sentido econômico e social para a burguesia ter uma escola que tenha suas portas abertas a todos.

Como constatamos, as condições materiais existem mas não podem ser colocadas a serviço da maioria uma vez que os fundamentos da sociedade burguesa são os da exploração da força de trabalho e acumulação de capital. Está aí por que uma posição conseqüente, ou seja, proletária e revolucionária, faz a defesa da solução das tarefas democráticas sob a estratégia da revolução social, que transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva. Somente o modo de produção baseado na propriedade e na distribuição coletiva porá à disposição de todos a escola e o conhecimento.

A Manifestação estudantil em Fortaleza

Por volta das 8:30 h estudantes de várias escolas se concentravam em frente ao Cefet (Centro Federal de Educacional Tecnológico), foram rumo à prefeitura, com o objetivo de colocar abaixo a Portaria 13-C e impor ao prefeito o Passe Livre para Estudantes e Desempregados.

A Portaria é uma resolução baixada pela ETTUSA, com parceria da Prefeitura Municipal de Fortaleza (Juraci Magalhães/PMDB), mais Sindiônibus, com proposta de introduzir o cartão inteligente (novo modelo de carteira que dá oportunidade de uma limitação futura) e o Pass Card, que substituirá os vales-transportes de papel, como conseqüência será mais desemprego daquelas pessoas que vivem da venda dos vales, aumento da passagem e ampliação do controle da meia estudantil.

A manifestação contou com cerca de 5 mil estudantes onde a palavra de ordem era *Fora Juraci e pelo Passe Livre Estudantes*.

Os estudantes têm demonstrado grande adesão a essas bandeiras e a radicalização. Mas o pacifismo vem norteando o movimento estudantil, defendido pelo PSTU nas passeatas.

Os estudantes manifestaram nas ruas que estão querendo arrancar essas reivindicações. Durante a passeata, os estudan-

tes colocaram que não mais suportam o sistema capitalista, que só oferece aos mesmos miséria, desemprego e violência.

Na Prefeitura, houve enfrentamento dos estudantes com a guarda municipal, o braço armado do prefeito e dos capitalistas. A Corrente Proletária Estudantil (POR), como componente da direção do ato estudantil, defendeu a deliberação do fórum estudantil, isto é, a ocupação da prefeitura. Mas a posição do PSTU foi de formar primeiro uma comissão de negociação para depois ocupar a prefeitura.

As posturas do Movimento Livre, junto com PT/DS e PSTU, colocaram várias vezes que a manifestação era pacífica, pedindo para os alunos não jogarem pedras na prefeitura.

No fórum estudantil pelo Passe Livre, ficou decidido que formaríamos uma comissão para negociar se não houvesse correlação de forças entre estudantes e a repressão, ou então ocupariam a prefeitura, se fosse favorável aos estudantes.

No momento da chegada, o comando não se posicionou pela radicalização, que era precisa e necessária. A Corrente Proletária apontou pela ocupação como uma medida imediata de posição, antes que chegasse a tropa de choque, porque ficaria

difícil a ocupação e o movimento iria se desmobilizar.

A colocação da nossa posição foi imediatamente respondida pelos estudantes que jogaram pedras, bilas na prefeitura e na guarda municipal.

Os estudantes foram mais além e obrigaram o recuo da guarda municipal para dentro da prefeitura, quebraram dois carros dessa guarda e atearam fogo nos mesmos, as conseqüências foram uma grande repressão em cima dos estudantes, que resultou em 41 pessoas presas.

O PSTU e demais correntes acusaram-nos de sermos os responsáveis, mas na verdade o comando vacilou e as massas passaram por cima deste, e, ao mesmo tempo, não soube tirar os manifestantes no tempo hábil do local em frente a prefeitura, para que pudessem sair em passeata ou mesmo dispersassem a concentração do movimento estudantil. Com isso, teriam evitado as prisões e confronto com o batalhão de choque. Comprova mais uma vez que são necessárias medidas de autodefesa do movimento e uma comissão de segurança para que nas próximas manifestações tenhamos rapidez e agilidade na hora do ataque e da retirada frente ao batalhão de choque, o braço armado da burguesia.

Encontro Operário

Governo operário e camponês - aliança operário-camponesa

1. 1. Muitos esperavam que um governo dito democrático e popular, liderado pelo PT numa coalizão com partidos considerados progressistas, atendesse a reivindicação camponesa de reforma agrária. Um movimento camponês, tendo à frente os sem-terra, liderado pelo MST, vem se desenvolvendo há duas décadas. Sob governos distintos, cresceu e melhor se organizou a luta no campo. O MST se projetou nacionalmente e a bandeira de reforma agrária ganhou popularidade. Para isso, sem dúvida, foi importante o fim do regime militar, que sufocou o movimento camponês dos anos 50 e 60, bem como golpeou profundamente o movimento operário. Sob as contradições da democracia burguesa, os trabalhadores da cidade e do campo obtiveram conquistas democráticas, como a organização do MST e da CUT, mesmo a constituição do que se denominou Partido dos Trabalhadores. A imposição, por meio de ocupações de terra, de centenas de assentamentos também são parte dessas conquistas, uma vez que não foram iniciativas da burguesia e de seus governos, mas fruto do combate direto dos sem-terra. Os latifundiários, os aparatos do Estado e os governos não foram e não são nada democráticos com os camponeses: massacres, assassinatos de líderes, prisões, processos judiciais e criação de leis repressivas contra as ocupações marcam a trajetória dos embates. É com sangue e suor que os sem-terra têm arrancado concessões parciais dos governos. É claro que elementos dos partidos da burguesia procuraram tirar proveito político do conflito que não ultrapassa a ordem democrática estabelecida pela ditadura de classe da burguesia e inclusive procuraram cooptar algumas lideranças. Mas o fundamental é que desenvolveu-se junto aos camponeses e no interior dos trabalhadores em geral a posição de que a saída para a reforma agrária estava em colocar o PT no poder, uma vez que esse partido não se identificava historicamente com o grande capital em geral e com os latifundiários em particular. Haveria uma mudança no poder do Estado constituindo um governo apoiado numa aliança democrático e popular, distinto, portanto, da coalizão oligárquica, que desde sempre dominou o Estado. Apesar do PT estar apenas há um ano e meio governando, prenunciou que não irá além dos governos anteriores. A idéia de um governo democrático e popular para gerenciar o capitalismo, reformando-o em favor dos explorados, é uma ilusão. O que o Estado burguês poderia conceder é o que tem sido admitido com as desapropriações com ricas indenizações aos

fazendeiros e miseráveis assentamentos. Se os trabalhadores agrários pretenderem mais do que isso e se dispuserem avançar a luta de classes terão de se colocar no campo de uma revolução. E esta não poderá ser democrático-burguesa, terá de ser proletária. Aqui reside a essência do problema agrário no país e a emancipação dos pobres do campo frente à burguesia e sua oligarquia latifundiária, bem como frente à opressão da burguesia imperialista. Tanto a história anterior já havia demonstrado essa tese quanto a recente experiência que atravessamos.

2. O Brasil foi incorporado à economia mundial como país colonial, no momento em que o capitalismo das potências européias necessitou de fontes de matérias-primas e mercados consumidores. Na condição de colônia de exploração, a produção brasileira de gêneros agrícolas tropicais se destinou ao mercado externo, como recurso de acumulação de capital para a metrópole portuguesa. Foi implantado o sistema de grandes propriedades, monocultoras, que se baseiam na exploração da mão-de-obra escrava. As terras foram distribuídas na forma de capitâneas e de sesmarias aos colonos portugueses, que dispunham de capitais para implementar uma agricultura extensiva e que pudessem adquirir a força de trabalho escrava. A pequena propriedade, agricultura familiar, surgiu como economia complementar à produção agrícola de exportação. Desenvolveu-se nas fronteiras dos latifúndios, ocupando pequenas extensões de terras e destinada à produção de subsistência. Historicamente, a terra foi concentrada nas mãos de uma minoria. Com quebra do vínculo colonial, não se modificou a estrutura fundiária. A Lei das Terras, criada em 1850, permitiu a essa minoria o direito legal de compra e venda do meio de produção. A terra passou a ser juridicamente uma mercadoria. A imposição da Lei das Terras ocorre quando o país deu seus primeiros sinais de industrialização e quando a imigração ganhou força do Estado. Embora tenha havido um crescimento da pequena propriedade agrícola, não houve alteração da forma predominante de economia agrícola exportadora baseada na grande propriedade rural. A introdução do trabalho assalariado também não revolucionou a velha estrutura oligárquica colonial. A tendência concentracionista e a violenta exploração da mão-de-obra motivaram os conflitos no campo, desde a época colonial. O impulso da industrialização nas cidades, após os anos 30, as transfor-

mações técnicas da agricultura, embora limitadas a algumas regiões, e a ofensiva dos latifúndios sobre a pequena propriedade provocaram a expulsão de milhões de camponeses. A reivindicação de reforma agrária ganhou expressão por meio das Ligas Camponesas (a partir de 50). As ocupações de terras e de engenhos combinaram com a luta para que o Estado assumisse a distribuição de terra dos latifúndios, a reforma agrária. O golpe militar de 1964 desfechou a brutal repressão ao movimento camponês pela terra. A política dos militares foi a da chamada "colonização da fronteira agrícola", que tinha como objetivo atrair parte de camponeses para a exploração de terras nas regiões mais distantes, norte do país. Em pouco tempo, latifundiários e empresários se aproveitaram de incentivos fiscais e abocanharam mais terras. Os conflitos se agravaram entre os camponeses e latifundiários/empresas. Em vários Estados, o movimento camponês dos sem-terra começou a se estruturar, no final da década de 70. A questão da terra, herança colonial, não pôde ser resolvida pela burguesia nacional. O desenvolvimento tardio da industrialização, os desequilíbrios regionais resultantes de um capitalismo imposto de fora para dentro, a passagem de país colonial para uma semicolônia dominada pelas potências imperialistas, o desenvolvimento lento das forças produtivas nacionais não permitiram que a burguesia, por meio de seu Estado, realizasse a tarefa democrática de acesso a terra aos milhões de camponeses. Dessa forma, os choques no campo entre a classe latifundiária e a camponesa sem-terra foram e são os problemas impossíveis de ser solucionados nos marcos do sistema capitalista.

3. Na década de 90, a situação dos camponeses piorou ainda mais. Os governos iniciaram a aplicação das medidas neoliberais, possibilitaram a abertura desenfreada da economia nacional e as modificações tecnológicas nas grandes fazendas de exportação. Os camponeses expulsos não mais encontravam trabalho nas cidades. Para se ter uma idéia, nos últimos 25 anos, mais de 30 milhões de camponeses foram expulsos do campo. O fechamento de fábricas, a destruição de milhões de postos de trabalho, o aumento de produtividade e o desemprego atingiram em cheio a classe operária e os migrantes do campo. Apenas uma minoria, as oligarquias rurais, aliadas ao setor industrial e ao capital financeiro, puderam criar as unidades agro-industriais, concentradas sobretudo nas regiões Sudeste/Sul. Devido aos grandes investimentos, a utilização de ma-

quinaria, de sementes “melhoradas” e experimentos químicos etc, a agro-indústria pôde avançar na produção de grãos e nos chamados agronegócios (produção de sucos, óleos, carnes congeladas etc). Um exemplo: em 50 anos, a produção da soja cresceu mais de 21.000%, cana de açúcar 600% e o milho, 355%, enquanto que o feijão cresceu 89%. Isso quando a população brasileira passou de 51 milhões para 170 milhões. Por outro lado, aumentou o número de pessoas desempregadas no campo. No período de 1992 a 2001, ocorreu uma queda de 15,6%, o que equivale 2,8 milhões de pessoas. As razões estão ligadas a agro-indústria, que emprega poucos trabalhadores rurais, e a situação de penúria que foi imposta aos milhões que se dedicam à agricultura familiar. Nesse mesmo período, cresceu a influência dos monopólios multinacionais, chegando ao ponto de 5 empresas estrangeiras deterem 90% do mercado de sementes no Brasil. A política dos governos tem privilegiado essas grandes unidades em detrimento da pequena propriedade e dos 4,5 milhões de famílias de camponeses sem-terra.

4. As contradições no campo têm se avolumado. A pobreza de parte significativas dos pequenos camponeses, a situação de miséria do proletariado rural, a queda do número de trabalhadores rurais assalariados sem carteira assinada, a aposentadoria rural de um salário mínimo que atinge 6 milhões de pessoas e o desemprego no campo têm motivado conflitos ora em torno da terra, ora pela extensão de direitos trabalhistas, ora por créditos etc. O que faz do campo uma área de choques e massacres. A burguesia latifundiária pressiona os governos para garantir o direito à propriedade e à exploração dos trabalhadores. Os camponeses, por sua vez, recorrem aos métodos da classe operária: ocupações e as manifestações de massa. Os governos procuram amenizar o choque de classe por meio da política de assentamentos. Mas como não podem conceder terras a todos e manter os milhões de camponeses nos assentamentos, está obrigado a recorrer ao aparato repressivo do Estado para conter as ocupações dos sem-terra. É nessas condições que o governo PT/Lula assumiu ao poder do Estado prometendo a reforma agrária, também na forma de assentamentos, e melhoria aos pequenos e médios produtores, por meio de créditos baratos e incentivos à agricultura familiar, responsável por 80% da produção de alimentos. Nesses 18 meses de governo, o PT assentou menos camponeses do que o governo anterior. Os pequenos agricultores receberam apenas 25,8% das verbas do crédito rural, o restante foi destinado aos grandes proprietários. A Medida Provisória 192, que altera a Lei 8.629 de 1993, diminui os prazos de resgate dos Títulos da Dívida Agrária, usados para a compra de terras

para efeito de assentamentos. A Lei de 1993 dava um prazo de até 20 anos para que o latifundiário, que vendesse suas terras para o Incra, recebesse seu pagamento. Com a nova Medida Provisória, os proprietários poderão trocar esses títulos, ou resgatá-los depois de dois anos da venda das terras. Esse é um dos maiores presentes aos exploradores do campo. Por isso, longe de amenizar os conflitos, tem aumentado o número de assassinatos no campo e dos acampados à beira das estradas à espera dos assentamentos. Prematuramente, o governo do PT se mostra impotente diante do poder dos monopólios/empresas/latifúndios, dominantes no campo.

5. O setor majoritário no campo está constituído pelo proletariado, pelos pequenos e médios produtores e pelos camponeses expulsos da terra. O proletariado rural é extremamente minoritário em função da maquinaria empregada e do aumento da produtividade. Está concentrado na agro-indústria. Os demais são camponeses. Pelo lugar que ocupam nas relações de produção capitalistas, constituem uma camada que aspira a propriedade privada dos meios de produção, a terra e os instrumentos de trabalho. Em função do alto poder de concentração da terra, estão obrigados a recorrerem aos métodos próprios do proletariado para defenderem suas reivindicações. Faz parte desse contingente, os trabalhadores sem-terra que lutam pela reforma agrária. O movimento camponês, que exige a distribuição de terras e maiores recursos, encontra-se fragmentado. O proletariado rural, que realiza greves e exige direitos sociais, não se somou à luta dos camponeses sem-terra e nem dos pequenos e médios agricultores. Embora façam parte da maioria no campo, estão divididos pelo corporativismo das direções sindicais e organismos tidos progressistas da Igreja. Dirigidos pela Contag, filiada à CUT desde 1995, e pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), que defendem um “Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável”, os camponeses estão sob a estratégia dos assentamentos, do fortalecimento da agricultura familiar e das políticas públicas. Isso como medida para conter o êxodo rural e reduzir os acampamentos. Não estão, portanto, sob a estratégia revolucionária de eliminação do latifúndio, por meio da luta de classe.

6. A burguesia já delimitou até onde pôde fazer concessões e até onde poderá admitir a presença ‘legal’ do MST e de outras organizações camponesas que se apóiam na ocupação de terras. O fracasso do PT em realizar a reforma agrária colocará o impasse da luta de classes no campo em um patamar mais elevado. O que quer dizer maior violência da burguesia e seu Estado e a necessidade de generalizar ainda mais a luta

camponesa. A tendência é de se esgotar a via dos assentamentos e a burguesia desfechar uma reação até mesmo contra as reduzidas conquistas democráticas do movimento sem-terra. Essa possibilidade exige que a vanguarda e os trabalhadores reconheçam a comprovada ilusão do governo democrático e popular e se coloquem pela real estratégia histórica do governo operário e camponês. Trata-se de um governo revolucionário, constituído por meio da luta de classes, derrota da burguesia e tomada do poder pelo proletariado. É preciso destruir a ditadura de classe da burguesia para os camponeses se emanciparem da opressão oligárquica e terem acesso livre às terras ocupadas por meio da insurreição. Não se destrói a ditadura de uma classe por meio de seu próprio poder e de seus métodos políticos de dominação, como é o caso da democracia burguesa e seus aparatos partidários e eleitorais. Somente com os meios da democracia dos explorados, de suas organizações próprias de massa e seus métodos de luta é que o proletariado e os camponeses tomarão o poder do Estado e passarão a dominar o funcionamento econômico e social do país. A tarefa de romper a estrutura latifundiária-oligárquica e agro-industrial do campo, para que os camponeses e o proletariado agrícola se ocupem das terras e da produção, exige a constituição da aliança operária e camponesa, dirigida a conquistar o poder e estabelecer a ditadura do proletariado. É com essa aliança que os trabalhadores da cidade e do campo enfrentarão a aliança da burguesia nacional com o imperialismo para conservar os sistema capitalista em crise e incapaz de resolver as tarefas democráticas, como a reforma agrária, num país semicolonial como o Brasil. Não se pode e não se deve constituir uma política que se apoie no escasso desenvolvimento do proletariado como classe independente e nas aspirações camponesas de obterem as terras no interior do capitalismo e conviver com o poder dominante da burguesia agrária. O fato de não termos a experiência da aliança operário e camponesa se deve a ausência de um partido marxista-leninista-trotsquista, que se acha em estado embrionário na formação do POR. O proletariado se encontra objetivamente como classe concentrado no complexo industrial urbano, mas alcançou considerado desenvolvimento na agro-indústria. E os camponeses ainda constituem uma classe de milhões de pequenos e médios agricultores e outros milhões de sem-terra, que suportaram a opressão histórica da formação e do desenvolvimento do capitalismo semicolonial e que não podem se emancipar por si mesmos, dependem da aliança de classe oprimida, dirigida pelo proletariado. Essa aliança pressupõe um partido que tenha por programa a revolução e ditadura proletárias.

Judiciário - SP

Greve no judiciário por tempo indeterminado

A seguir reproduzimos matéria do Boletim da Corrente Proletária do Judiciário distribuído na Assembléia do dia 29 de junho que aprovou a greve por tempo indeterminado.

É necessário agora reforçar os piquetes e fazer um chamamento aos demais setores do funcionalismo para organizarem um movimento de paralização unificado. Apesar das direções fazerem de tudo para iniciar um movimento conjunto, só a união do funcionalismo poderá ter força suficiente para barrar a posição do governo de negar o aumento pretendido. Vemos que os funcionários da FEBEM também entraram em greve está deve ser feito o primeiro chamamento para a unificação.

A NOSSA RESPOSTA DEVE SER UMA SÓ: APROVAR A GREVE POR TEMPO INDETERMINADO

A assembléia do dia 02 de junho não aprovou o início da greve por tempo indeterminado, como havia sido indicado na assembléia anterior. Aprovou apenas uma nova assembléia no dia 29 de junho e um calendário de mobilização, com novas assembléias regionais, um dia do preto e estado de greve. Isto porque o TJ manobrou com a promessa de enviar para o governador Alckmin um ante-projeto reconhecendo um índice de perdas salariais da categoria de 26,39%. Com essa promessa nas mãos a maioria das associações, juntamente com parte do comando de mobilização se curvou diante do TJ e aceitou mais uma enrolação, apresentando na assembléia a promessa do tribunal como se fosse certa, colocando-se contra o início da greve a partir daquela data. Além disso, na prática aceitaram o rebaixamento do índice de reposição.

Na verdade, esses setores se mantiveram fiéis à ilusão de que é possível conquistar algumas migalhas com negociações sem luta, sem greve. Porém, a enrolação durou pouco. Logo foi desmascarada quando se soube que não havia nenhum projeto para ser votado na Assembléia Legislativa.

Apesar disso, a maioria das associações ainda tenta iludir a categoria com a

possibilidade de encaminhamento e votação de tal projeto, se negando a organizar a greve. Tudo para evitar o choque com a cúpula do Tribunal. O grau de comprometimento é tal que alguns "representantes" chegam a sair em defesa da presidência do TJ dizendo que "o governador enganou o presidente do TJ", "que o governador desrespeitou o presidente", "que deu um passa moleque no presidente" e outras balelas típicas de quem tem o rabo preso e procura ocultar sua própria responsabilidade pela tentativa de quebra do movimento que ascendia.

No entanto, o número de trabalhadores que votou pela greve foi bastante significativo e expressou que há uma grande disposição de luta no seio da categoria. Expressou que se ainda não foi possível aprovar a greve, a responsabilidade se deve, em grande parte, à direção majoritária do movimento, que tem se colocado como obstáculo ao desenvolvimento da luta direta e coletiva dos trabalhadores, como ficou evidente na última assembléia.

Portanto, no dia 29 de junho devemos corrigir o rumo do nosso movimento. Não dá mais para acreditar em mentiras. Nem ficar fazendo assembléias e mais assembléias sem decidir nada.

Isto porque acaba cansando e desmobilizando. Devemos combater essa política frouxa encampada pela maioria da direção do movimento que fatalmente nos levará à derrota. Devemos aprovar a greve por tempo indeterminado como única via para quebrar o arrocho salarial e a intransigência do TJ/Governo.

POR QUE DEVEMOS APROVAR A GREVE

Existem vários motivos. Porém os principais são:

1- Reajuste salarial imediatamente. Devemos lembrar que a nossa campanha salarial tem como eixo principal o reajuste de 39,19%, calculado pelo IGPM e que o TJ reconheceu o índice de 26,39%, calculado pelo INPC.

2- Fim da compensação da greve de 2001 e conversão das horas já compensadas em horas credoras.

3- Pagamento imediato de todos os atrasados (FAM, férias e licenças-prêmio)

4- Melhores condições de trabalho (preenchimento imediato de todas as vagas existentes que passam de 11 mil, fim das terceirizações, fim dos desvios de função, fim das relações forçadas, aparelhamento técnico etc).

5- Combater as reformas neoliberais do governo PT/Lula.

Balanço do Ato da CONLUTAS

A política centrista

O ato de 16 de junho ocorreu com cerca de 5000 manifestantes em Brasília. A possibilidade dos movimentos contras as Reformas Sindical, Trabalhista e Universitária se unificarem foi dada ali pela presença de estudantes, servidores públicos, trabalhadores sem terra, sem

teto e operários. Não participaram do ato nem PCdoB, nem esquerda petista, o que evidencia mais uma vez seu compromisso com a política governamental.

A manifestação, organizada pela CONLUTAS, expressa, nesse momento, a política do PSTU, enquanto corrente de maior influência em seu interior. Corres-

ponde à situação atual em que o atrelamento da CUT ao Estado impede uma resposta organizada nacionalmente da classe operária e demais trabalhadores às medidas de destruição de direitos. E corresponde à política centrista do PSTU, que cria condições para o reordenamento de alas descontentes do reformismo que

romperam com o PT, por suas medidas concretas no governo, mas que mantêm a essência da política reformista de administrar o Estado burguês e sua economia.

O objetivo do centrismo é alavancar apoio às candidaturas de “oposição à esquerda” nas próximas eleições, não pode por isso levantar bandeiras que se choquem frontalmente com o Estado dirigido pelo PT e deve se limitar à defesa de “não às reformas de Lula/FMI, por emprego, reforma agrária e salário digno” e à esperança de que o governo Lula “rompa com a Alca e o FMI”, ainda que a política pró-imperialista do PT se evidencie tanto na política interna com as reformas quanto na política externa com o envio de tropas ao Haiti.

A luta deve ser antiimperialista e anticapitalista

Os limites, portanto, dessa política estrangulam a própria capacidade desses movimentos em arrancarem do governo suas reivindicações. E esses limites se expressam concretamente através da limitação de suas bandeiras.

A primeira, abstratamente, defende “emprego, reforma agrária e salário digno” não apontando os métodos de luta para que sejam atendidas e qual o caráter dessas reivindicações. Emprego a todos só é possível com a “escala móvel das horas de trabalho”, que é a divisão nacional das horas de trabalho entre empregados e desempregados, sem diminuição dos salários. As propostas de geração de empregos via política econômica desenvolvimentista seguem frações burguesas e colocam em suas mãos a solução desse problema (o que não ocorrerá). Reforma agrária só é possível através das ocupações de terras e desapropriação sem indenização dos latifúndios (improdutivos ou não). Salário que responda às necessidades básicas de uma família deve ser calculado pelos próprios trabalhadores através de suas assembleias e pelos nossos cálculos, para ser uma salário mínimo real (diferente da defesa de um salário “digno”) deve estar em torno dos 2000 reais, e com escala móvel de reajuste. A segunda bandeira, a de “rompa com a Alca e o FMI”, para ser con-

seqüente tem que ser apoiada no rompimento definitivo com a ALCA (e não com a defesa de um plebiscito oficial) e com o não pagamento das dívidas internas e externas (e não com a defesa de uma auditoria pública das dívidas).

Assumir bandeiras que façam os movimentos contra as reformas avançarem e alcancarem seus objetivos significa levantar uma luta antiimperialista e anticapitalista: esse é o caráter das bandeiras conseqüentes com a atual situação de destruição dos direitos dos trabalhadores; e a tal caráter de luta correspondem os métodos do proletariado, de greves, manifestações de rua etc. Isso porque, por maiores que sejam as manifestações em Brasília, elas não modificaram a posição do parlamento corrupto e burguês. Não será a pressão parlamentar que impedirá os acordos com o imperialismo e limitará as imposições do capital sobre o trabalho. Não. Para derrubar as reformas é necessário levantar a luta pela destruição do modo de produção capitalista e a construção da sociedade socialista.

“Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária” (Lênin)

Iniciamos no Massas 274 uma seção de formação política sobre os clássicos do marxismo. Apresentaremos extratos das obras, o que não substitui sua leitura integral, com a finalidade de destacar os conceitos ali formulados. Começamos pelo Manifesto do Partido Comunista, de 1848, escrito por Marx e Engels de acordo com a resolução do Congresso da Liga dos Comunistas, de 1847, por ser o primeiro programa da classe operária e por se constituir num dos textos fundamentais do Socialismo Científico. Nos números 280 e 283, publicamos extratos do texto de Lênin, “O Estado e a Revolução”. A partir deste número, publicaremos extratos do livro “O imperialismo, fase superior do capitalismo”.

1. A livre concorrência leva ao monopólio

Há meio século, quando Marx escreveu O Capital, a livre concorrência era, para a maior parte dos economistas, uma “lei natural”. A ciência oficial procurou aniquilar, por meio da conspiração do silêncio, a obra de Marx, que tinha demonstrado, com uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio.

2. A socialização da produção

A concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um gigantesco progresso na socialização da produção. Socializa-se também, em particular, o processo dos inventos e aperfeiçoamentos técnicos.

Isto nada tem já que ver com a antiga livre concorrência entre patrões dispersos que se não conheciam e que produziam para um mercado ignorado. A concentração chegou a tal ponto que se pode fazer um inventário aproximado de todas as fontes de matérias-primas (por exemplo, jazigos de minérios de ferro) de um país, e ainda, como veremos, de vários países e de todo o mundo. Não só se realiza este inventário, mas também associações monopolistas gigantescas se apoderam das referidas fontes. Efetua-se o cálculo aproximado da capacidade do mercado, que estes grupos “partilham” entre si por contrato. Monopoliza-se a mão-de-obra qualificada, contratam-se os melhores engenheiros; as vias e meios de comunicação - as linhas férreas na América e as companhias de navegação

na Europa e na América - vão parar às mãos dos monopólios. O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa.

A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mantém-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais duro, mais sensível, mais insuportável.

Nesta edição:

- Obras Completas de Guillermo Lora
 - A Central Operária Boliviana
- Autodeterminação do Iraque

Artigos do Cerqui**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Obras Completas de Guillermo Lora

Muitas correntes criticam e criticaram o POR boliviano sobre a questão da bandeira: "Todo Poder à COB", num momento apoiavam, em outro passaram a apoiar outras bandeiras. Inúmeras dessas correntes desconhecem como surgiu a COB, seu papel inicial como um Soviete e seu processo de burocratização. Nesse número mostraremos um trecho do tomo 39 das "Obras Completas de Guillermo Lora" que transcreve o livro "Formação da Classe Operária na Bolívia" de 1978.

A Central Operária Boliviana

Partindo da experiência da Central Operária Nacional e em meio a crescente radicalização das massas conseguiu estruturar (abril de 1952) a Poderosa Central Operária Boliviana.

O protagonista da revolução num país atrasado não é somente o proletariado, mas toda a nação oprimida pelo imperialismo, que é um conjunto de diversas classes sociais. Em período de normalidade, a entidade sindical seria estritamente sindical e sua influência atingiria no máximo o campesinato. No convulsionado ano de 1952, foi colocada em pé uma entidade com características soviéticas, que organizativamente demonstrou ter uma descomunal elasticidade e que permitiu englobar em seu interior quase toda a população, além dos operários reuniam: estudantes, camponeses, artesãos, pequenos comerciantes, organizações de inquilinos, feministas e popularese inclusive setores da própria polícia.

O que é curioso é que muitos esquerdistas não conseguiram enxergar os verdadeiros traços diferenciais da COB a cujo nascimento assistiram, para eles era apenas uma organização sindical hipertrofiada. Essa miopia foi o resultado da total incompreensão dos contornos e projeções da revolução de abril, pois consideravam que assistiam a uma transformação puramente democrática e nacionalista, não percebiam as tendências obscuras que se agitavam no seio das massas e foram estas, precisamente, as que afloraram e se concretizaram na COB.

Tal é a raiz da dualidade de poder que não tardou a dominar todo o cenário político. Diferentemente do que acontecia na CSTB estalinista, a nova central se organizou sob a direção política do

proletariado, nos marcos das "Teses de Pulacayo", como podemos analisar em seus primeiros documentos. A desconfiança instintiva da classe operária com relação à direção nacionalista (MNR) e a tendência proletária de derrubar o marco da propriedade privada burguesa adquiriram expressão política dentro da COB graças a atividade orientadora e esclarecedora do POR em seu interior.

A COB criou, no próprio momento em que veio à luz, as milícias fortemente armadas impulsionando ainda mais a sua organização. Era um poder real que quase imediatamente entrou em choque com o governo oficial, mas este choque não se traduziu em grandes problemas capazes de por em discussão o destino e a Legitimidade do regime, isto se deu porque o governo de Paz Estensoro se precaveu taticamente fazendo inúmeras e sucessivas concessões aos trabalhadores.

O nacionalismo executou sistemática e paulatinamente um plano de controle e burocratização dos sindicatos e da COB. A operação utilizou como pivo central os funcionários públicos, que nesse momento representava a principal força controlada pelo governo. O pano de fundo dessa manobra foi -- devemos sublinhar -- a momentânea depressão do movimento operário que se inicia junto com o processo de nacionalização das minas. O período de punjante dualidade de poderes durou poucos meses, não mais que oito, o que determinou que este processo acontecesse apenas como germes e que aparecerá com um maior desenvolvimento em 1970/71 (Assembléia Popular). A História demonstrou que a dualidade de poderes é em sua essência sempre um regime transitório, que nesse momento se resolveu em favor do nacionalismo burguês, ou seja da contra-revolução.

Autodeterminação do Iraque

A resistência armada de milícias iraquianas à ocupação militar norte-americana tem chamado a atenção mundial pelo fato de expor a política expansionista do imperialismo e por sua capacidade de confrontar a potência bélica. A defesa do direito à autodeterminação do Iraque deve ser defendida como princípio democrático de nenhuma nação ou etnia dominar outra e oprimir povos.

Dois fatos recentes reforçam o movimento pela retirada imediata das tropas invasoras: a constituição de um governo para o Iraque e o anúncio do processo de julgamento de Saddam Hussein e outros membros de seu regime. Ambos acontecimentos expressam a violação da autodeterminação.

O governo, sob o comando de um primeiro ministro nomeado pelos EUA, atesta a que ponto chegou a política do imperialismo. Mas o fundamental é que o governo Bush precisou formar urgentemente um governo de fachada iraquiana para implantar a Lei marcial contra as milícias. Depois das denúncias de tortura aos prisioneiros iraquianos, a saída é criar uma fachada governamental para acobertar os EUA frente às atrocidades. Não por acaso, o primeiro ministro títere, Lyad Allawi,

anunciou que, se a resistência continuar, terá de decretar a Lei marcial.

O imperialismo invasor manobra com todos os meios para consolidar seu domínio. Quanto à decisão de julgar Saddam Hussein em um tribunal iraquiano por genocídio e crimes contra a humanidade, constitui uma farsa. As maiores violações e crimes têm sido praticados pelo imperialismo, tendo à frente, nos últimos tempos, os EUA. Isto sem levar em consideração a responsabilidade sobre a fome e miséria entre os povos saqueados pelo grande capital.

A manutenção do campo de concentração em Guantánamo demonstra o quanto os EUA desprezam a opinião internacional, inclusive as próprias leis do ordenamento mundial burguês. O que vale é seu poderio econômico e militar sobre todos os povos, incluindo as demais potências.

Mas cresce a revolta das massas oprimidas, em toda parte, contra a opressão nacional e social. A bandeira da autodeterminação só pode ser empunhada pelos trabalhadores e povos oprimidos. Fora os invasores do Iraque! Que os iraquianos decidam seu destino! Liberdade a todos os preso de guerra! Que seus povos os julguem soberanamente!